



CÓD: OP-028JN-23
7908403532186

FUNDAÇÃO CESGRANRIO

450 questões gabaritadas- GABARITANDO

CADERNO DE QUESTÕES

Caderno de Questões

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	69
3. Raciocínio Lógico	81
4. Direito Constitucional	83
5. Direito Administrativo	89
6. Direito Penal	111
7. Direito Civil	113
8. Direito Processual Civil	117
9. Administração Geral	121

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. CESGRANRIO - TEC CIEN (BASA)/BASA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2021

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

A frase em que a palavra ou expressão destacada respeita as regras ortográficas e gramaticais da norma padrão é:

- (A) As crianças querem estar **aonde** a fantasia está.
- (B) Queremos saber **por que** a ideia de eternidade nos fascina.
- (C) O gosto adocicado do chicle **mau** acaba e queremos outro.
- (D) Nada como balas e chicletes durante uma **seção** de cinema.
- (E) A ideia de viver para sempre persegue o homem **a** séculos.

2. CESGRANRIO - TEC CIEN (BASA)/BASA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2021

Assunto: Acentuação

Medo da eternidade

Jamais esquecerei o meu aflitivo e dramático contato com a eternidade. Quando eu era muito pequena ainda não tinha provado chicles e mesmo em Recife falava-se pouco deles. Eu nem sabia bem de que espécie de bala ou bombom se tratava. Mesmo o dinheiro que eu tinha não dava para comprar: com o mesmo dinheiro eu lucraria não sei quantas balas. Afinal minha irmã juntou dinheiro, comprou e ao sairmos de casa para a escola me explicou:

— Tome cuidado para não perder, porque esta bala nunca se acaba. Dura a vida inteira.

— Como não acaba?

— Parei um instante na rua, perplexa.

— Não acaba nunca, e pronto.

Eu estava boba: parecia-me ter sido transportada para o reino de histórias de príncipes e fadas. Peguei a pequena pastilha cor-de-rosa que representava o elixir do longo prazer. Examinei-a, quase não podia acreditar no milagre. Eu que, como outras crianças, às vezes tirava da boca uma bala ainda inteira, para chupar depois, só para fazê-la durar mais. E eis-me com aquela coisa cor-de-rosa, de aparência

tão inocente, tornando possível o mundo impossível do qual eu já começara a me dar conta. Com delicadeza, terminei afinal pondo o chicle na boca.

— E agora que é que eu faço?

— Perguntei para não errar no ritual que certamente deveria haver.

— Agora chupe o chicle para ir gostando do docinho dele, e só depois que passar o gosto você começa a mastigar. E aí mastiga a vida inteira. A menos que você perca, eu já perdi vários. Perder a eternidade? Nunca. O adocicado do chicle era bonzinho, não podia dizer que era ótimo. E, ainda perplexa, encaminhá-vamos para a escola.

— Acabou-se o docinho. E agora?

— Agora mastigue para sempre.

Assustei-me, não sabia dizer por quê. Comecei a mastigar e em breve tinha na boca aquele puxa-puxa cinzento de borracha que não tinha gosto de nada. Mastigava, mastigava. Mas me sentia contrafeita. Na verdade eu não estava gostando do gosto. E a vantagem de ser bala eterna me enchia de uma espécie de medo, como se tem diante da ideia de eternidade ou de infinito. Eu não quis confessar que não estava à altura da eternidade. Que só me dava aflição. Enquanto isso, eu mastigava obedientemente, sem parar. Até que não suportei mais, e, atravessando o portão da escola, dei um jeito de o chicle mastigado cair no chão de areia.

— Olha só o que me aconteceu!

— Disse eu em fingidos espanto e tristeza.

— Agora não posso mastigar mais! A bala acabou!

— Já lhe disse, repetiu minha irmã, que ele não acaba nunca. Mas a gente às vezes perde. Até de noite a gente pode ir mastigando, mas para não engolir no sono a gente prega o chicle na cama. Não fique triste, um dia lhe dou outro, e esse você não perderá.

Eu estava envergonhada diante da bondade de minha irmã, envergonhada da mentira que pregara dizendo que o chicle caíra da boca por acaso. Mas aliviada. Sem o peso da eternidade sobre mim.

LISPECTOR, Clarice. Medo da eternidade.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Caderno B, p.2, 6 jun.

1970.

No texto, foram empregadas as palavras **aí** e **ótimo**, ambas acentuadas graficamente.

Duas outras palavras corretamente acentuadas pelos mesmos motivos que **aí** e **ótimo** são, respectivamente,

- (A) juiz e ébano
- (B) Icarai e ritmo
- (C) caquis e incrívelulo
- (D) país e sonâmbulo
- (E) abacaxi e economia

3. CESGRANRIO - ESC BB/BB/AGENTE COMERCIAL/2021

Assunto: Uso do Hifen

O grupo de palavras que atende às exigências relativas ao emprego ou não do hífen, segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, é

- (A) extra-escolar / médico-cirurgião
- (B) bem-educado / vagalume
- (C) portarretratos / dia a dia
- (D) arco-íris / contra-regra
- (E) subutilizar / sub-reitor

4. CESGRANRIO - ESC BB/BB/AGENTE COMERCIAL/2021

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Privacidade digital: quais são os limites

Atualmente, somos mais de 126,4 milhões de brasileiros usuários de internet, representando cerca de 69,8% da população com 10 anos ou mais. Ao redor do mundo, cerca de 4 bilhões de pessoas usam a rede mundial, sendo que 2,9 bilhões delas fazem isso pelo smartphone.

Nesse cenário, pensar em privacidade digital é (quase) utópico. Uma vez na rede, a informação está registrada para sempre: deixamos rastros que podem ser descobertos a qualquer momento.

Ainda assim, mesmo diante de tamanha exposição, essa é uma discussão que precisa ser feita. Ela é importante, inclusive, para trazer mais clareza e consciência para os usuários. Vale lembrar, por exemplo, que não são apenas as redes sociais que expõem as pessoas. Infelizmente, basta ter um endereço de e-mail para ser rastreado por diferentes empresas e provedores.

A questão central não se resume somente à política de privacidade das plataformas X ou Y, mas, sim, ao modo como cada sociedade vem paulatinamente estruturando a sua política de proteção de dados.

A segurança da informação já se transformou em uma área estratégica para qualquer tipo de empresa. Independentemente da demanda de armazenamento de dados de clientes, as organizações têm um universo de dados institucionais que precisam ser salvaguardados.

Estamos diante de uma realidade já configurada: a coleta de informações da internet não para, e esse é um caminho sem volta. Agora, a questão é: nós, clientes, estamos prontos e dispostos a definir o limite da privacidade digital? O interesse maior é nosso! Esse limite poderia ser dado pelo próprio consumidor, se ele assim quiser? O conteúdo é realmente do usuário?

Se considerarmos a atmosfera das redes sociais, muito possivelmente não. Isso porque, embora muitas pessoas não saibam, a maioria das redes sociais prevê que, a partir do momento em que um conteúdo é postado, ele faz parte da rede e não é mais do usuário.

Daí a importância da conscientização. É preciso que tanto clientes como empresas busquem mais informação e conteúdo técnico sobre o tema. Às organizações, cabe o desafio de orientar seus clientes, já que, na maioria das vezes, eles não sabem quais são os limites da privacidade digital.

Vivemos em uma época em que todo mundo pode falar permanentemente o que quer. Nesse contexto, a informação deixou de ser algo confiável e cabe a cada um de nós aprender a ler isso e se proteger. Precisamos de consciência, senso crítico, responsabilidade e cuidado para levar a internet a um outro nível. É fato que ela não é segura, a questão, então, é como usá-la de maneira mais inteligente e contribuir para fortalecer a privacidade digital? Essa é uma causa comum a todos os usuários da rede.

No trecho “Esse limite **poderia** ser dado pelo próprio consumidor, se ele assim quiser?” (parágrafo 6), a forma verbal destacada expressa a noção de

- (A) dever
- (B) certeza
- (C) hipótese
- (D) obrigação
- (E) necessidade

5. CESGRANRIO - TEC CIEN (BASA)/BASA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Locução verbal

Uma cena

É de manhã. Não num lugar qualquer, mas no Rio. E não numa época qualquer, mas no outono. Outono no Rio. O ar é fino, quase frio, as pedras portuguesas da calçada estão úmidas. No alto, o céu já é de um azul escandaloso, mas o sol oblíquo ainda não conseguiu vencer os prédios

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

1. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Em uma gincana escolar, uma turma foi pesquisada, por dois grupos concorrentes, sobre as idades de seus estudantes. Um dos grupos constatou que 78% dos estudantes dessa turma têm, pelo menos, 15 anos; outro grupo concluiu que, nessa mesma turma, 34% dos estudantes têm, no máximo, 15 anos.

Com base nessas pesquisas, qual o percentual de estudantes, dessa turma, com exatamente 15 anos?

- (A) 44%
- (B) 63%
- (C) 49%
- (D) 22%
- (E) 12%

2. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Dois conjuntos não vazios A e B são tais que: $A \cup B = \{3,4,6,7,9\}$;

$$A \cap B = \{4,7\}$$

O conjunto $(A - B) \cup (B - A)$ é igual a

- (A) N
- (B) $\{3,4,6,7,9\}$
- (C) $\{3,6,9\}$
- (D) $\{4,7\}$
- (E) \emptyset

3. CESGRANRIO - ESC BB/BB/AGENTE COMERCIAL/2021

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Antes de iniciar uma campanha publicitária, um banco fez uma pesquisa, entrevistando 1000 de seus clientes, sobre a intenção de adesão aos seus dois novos produtos. Dos clientes entrevistados, 430 disseram que não tinham interesse em nenhum dos dois produtos, 270 mostraram-se interessados no primeiro produto, e 400 mostraram-se interessados no segundo produto.

Qual a porcentagem do total de clientes entrevistados que se mostrou interessada em ambos os produtos?

- (A) 10%
- (B) 15%
- (C) 20%
- (D) 25%
- (E) 30%

4. CESGRANRIO - ESC BB/BB/AGENTE COMERCIAL/2021

Assunto: Número de elementos da união, da interseção, do complemento e da diferença

Um banco está selecionando um novo escriturário e recebeu um total de 50 currículos. Para o exercício desse cargo, três habilidades foram especificadas: comunicação, relacionamento interpessoal e conhecimento técnico. As seguintes características foram detectadas entre os candidatos a essa vaga:

- 15 apresentavam habilidade de comunicação;
- 18 apresentavam habilidade de relacionamento interpessoal;
- 25 apresentavam conhecimento técnico;
- Seis apresentavam habilidade de relacionamento interpessoal e de comunicação;
- Oito apresentavam habilidade de relacionamento interpessoal e conhecimento técnico;
- Dois candidatos apresentavam todas as habilidades;
- Oito candidatos não apresentavam nenhuma das habilidades.

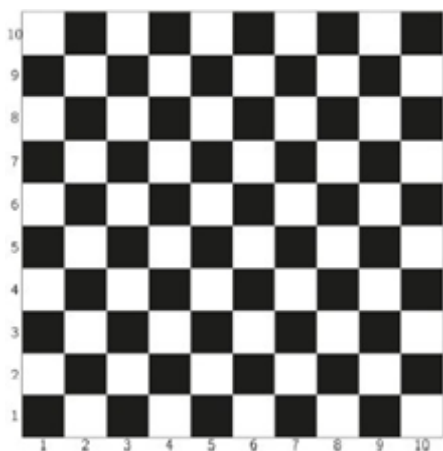
Com base nessas informações, qual o número total de candidatos que apresentam apenas uma das três habilidades apontadas?

- (A) 28
- (B) 38
- (C) 21
- (D) 13
- (E) 15

5. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um jogo de estratégia é jogado por dois jogadores num tabuleiro quadriculado com 10 linhas e 10 colunas, conforme a Figura a seguir.



Cada jogador recebe 16 fichas que devem ser colocadas nas casas do tabuleiro e, após a colocação de todas as fichas de ambos os jogadores, um jogador é sorteado para colocar uma peça especial em qualquer uma das casas não ocupadas.

Quantas são as casas não ocupadas nas quais o jogador escolhido pode colocar a peça especial?

- (A) 78
- (B) 72
- (C) 68
- (D) 64
- (E) 62

6. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Números inteiros (propriedades, operações, módulo etc)

Sejam a , b e c números reais tais que $a \neq 0$ e $a < b < c$.

É necessariamente verdadeiro que

- (A) $a \cdot b < b \cdot c$
- (B) $b - a < c - b$

(C) $\frac{b}{a} < \frac{c}{a}$

- (D) $a \cdot b < a \cdot c$
- (E) $a + b < a + c$

7. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Frações e dízimas periódicas

$M = 6,6666\dots$ é uma dízima periódica de período 6;

$N = 2,3333\dots$ é uma dízima periódica de período 3.

Dividindo M por N , encontra-se o mesmo resultado que dividindo

- (A) 20 por 7
- (B) 65 por 23
- (C) 29 por 9
- (D) 66 por 23
- (E) 37 por 13

8. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em certa escola técnica, cada estudante só pode fazer um curso de cada vez. Do total de estudantes, $\frac{1}{4}$ cursa enfermagem, e $\frac{1}{6}$ dos restantes cursa eletrônica. Além desses estudantes de enfermagem e de eletrônica, a escola possui 350 estudantes em outros cursos.

Se X o total de estudantes dessa escola, qual é a soma dos algarismos de X ?

- (A) 11
- (B) 12
- (C) 13
- (D) 14
- (E) 15

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte proposição:

Se Maria é advogada, então Joana é engenheira ou médica.

A proposição acima se equivale logicamente à proposição

(A) Se Maria não é advogada, então Joana não é engenheira, ou não é médica.

(B) Se Maria não é advogada, então Joana não é engenheira, nem médica.

(C) Se Joana não é engenheira, nem médica, então Maria não é advogada.

(D) Se Joana é engenheira ou médica, então Maria é advogada.

(E) Maria é advogada, mas Joana não é engenheira e médica.

2. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Considere como verdadeiras as seguintes sentenças:

I - Todo orgulhoso julga.

II - Eletricista não julga.

III - Chico é orgulhoso.

É correto concluir que

(A) existe eletricista orgulhoso.

(B) quem julga é orgulhoso.

(C) quem não julga é orgulhoso.

(D) Chico não julga.

(E) Chico não é eletricista.

3. CESGRANRIO - PNMO (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DE ÁREA PROTEGIDA DE NUCLEAR/2022

Assunto: Diagramas lógicos, Proposições categóricas, Negação de quantificadores

Em um município brasileiro, é falsa a seguinte afirmação:

Todos os habitantes possuem, pelo menos, uma bicicleta.

Portanto, nesse município

(A) há, pelo menos, um habitante que possui duas bicicletas.

(B) há, pelo menos, um habitante que não possui bicicleta.

(C) todos os habitantes possuem mais de uma bicicleta.

(D) nenhum habitante possui mais de uma bicicleta.

(E) todos os habitantes possuem uma bicicleta.

4. CESGRANRIO - ESC BB/BB/AGENTE COMERCIAL/2021

Assunto: Sequências de números, figuras, letras e palavras

A sequência de Fibonacci é bastante utilizada para exemplificar sequências definidas por recorrência, ou seja, sequências em que se pode determinar um termo a partir do conhecimento de termos anteriores. No caso da sequência de Fibonacci, escreve-se que $T_{n+2} = T_{n+1} + T_n$ os dois termos anteriores.

Considerando o exposto acima, determine o termo T_{2021} da sequência de Fibonacci, sabendo que $T_{2018} = m$ e $T_{2020} = p$.

(A) $\frac{p+m}{2}$

(B) $\frac{p-m}{2}$

(C) $p + 2m$

(D) $2p - m$

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

O conceito de efetividade da norma constitucional, segundo doutrina dominante, está relacionado à denominada eficácia

- (A) social
- (B) validadora
- (C) econômica
- (D) existencial
- (E) mutacional

2. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

No âmbito da hermenêutica constitucional, é assente que a norma não deve ser declarada inconstitucional se houver alguma interpretação que indique sua compatibilidade com a Constituição.

Trata-se do princípio da interpretação

- (A) teleológica clássica
- (B) histórica consensuada
- (C) conforme a Constituição
- (D) harmônica tradicional
- (E) presuntiva de constitucionalidade

3. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Nos termos da Constituição de 1988, o direito de propriedade é um direito

- (A) social, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.
- (B) social, pois não possibilita ao proprietário dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- (C) individual, que impede qualquer tipo de intervenção do Estado.

(D) individual absoluto, que possibilita ao proprietário sempre dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.

(E) individual relativo, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.

4. CESGRANRIO - PNS (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ADVOGADO/2022

Assunto: Ação Popular

A ação popular, conforme estabelecido na Constituição brasileira de 1988 e na legislação infraconstitucional, poderá ser movida por

(A) qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, desde que maior de 18 anos, domiciliada no Brasil e residente no local do juízo competente para julgar a causa, visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(B) qualquer cidadão, visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, sendo que, se houver abandono da ação, fica assegurado a outro cidadão interessado ou ao Ministério Público assumir o polo ativo para dar continuidade à demanda.

(C) qualquer cidadão na defesa de direitos difusos, devendo ser acompanhada pelo Ministério Público, que atuará na qualidade de fiscal da ordem jurídica, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe facultado, por questões de ordem pública, assumir a defesa do ato impugnado.

(D) qualquer cidadão e pelo Ministério Público contra as pessoas públicas ou privadas, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo, estando a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, obrigada a contestar o pedido.

(E) qualquer cidadão, que estará isento das despesas processuais; porém, se a lide for julgada manifestamente temerária, a sentença condenará o autor ao pagamento das custas em dobro.

5. CESGRANRIO - ASS (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/ADMINISTRATIVO I/2018

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Para a validação do contrato de aprendizagem de um menor aprendiz numa empresa industrial, o assistente administrativo anotou na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): o seu número de matrícula, a frequência à escola onde ele está concluindo o ensino fundamental, assim como o número de inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Esses registros são fundamentais porque

(A) o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo estipulado de mais de 2 (dois) anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

(B) o descumprimento da legislação e regulamento importará na nulidade do contrato de aprendizagem, estabelecendo vínculo empregatício diretamente com a empresa.

(C) a contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre dezoito e vinte e quatro anos, exceto quando as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem fora do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado.

(D) os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SESI, SENAI, SENAC, etc) número de aprendizes equivalente a 20% (vinte por cento), no mínimo, e 40% (quarenta por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

(E) os estabelecimentos necessitam formalizar que a duração do trabalho do aprendiz excederá de 6 horas diárias até 8 horas diárias para os aprendizes que es-

tejam cursando o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

6. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

A competência material para a proteção do meio ambiente, na esfera do poder Executivo, considerando-se o disposto na Constituição brasileira de 1988, é

(A) privativa dos Municípios.

(B) comum, atribuída a todos os entes federativos.

(C) concorrente, atribuída apenas à União e aos Estados.

(D) privativa da União, que pode delegar essa atribuição para os demais entes federativos.

(E) exclusiva da União, que não pode delegar essa atribuição para os demais entes federativos.

7. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A criação de uma agência reguladora, nos termos da Constituição de 1988, dependerá de lei

(A) ordinária, de iniciativa apenas do Chefe do Executivo.

(B) ordinária, de competência privativa do Congresso Nacional.

(C) ordinária, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.

(D) complementar, de iniciativa privativa do Senado Federal.

(E) complementar, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.

8. CESGRANRIO - PNS (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ADVOGADO/2022

Assunto: Fases do processo legislativo (iniciativa, discussão, voto, veto, sanção, promulgação e publicação)

O processo legislativo brasileiro obedece a regras próprias determinadas pela Constituição Federal.

Quanto ao processo legislativo brasileiro, nos termos da Constituição de 1988, o(a)

(A) Presidente da República, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, po-

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

No âmbito do princípio da legalidade atuam a supremacia da lei e a reserva de lei.

No que concerne à reserva de lei, a doutrina assente estabelece uma relação com a denominada

- (A) atuação negativa
- (B) vinculação positiva
- (C) juridicidade atual
- (D) mecânica limitativa
- (E) inclusão das lacunas

2. CESGRANRIO - PPNT (PETROBRAS)/PETROBRAS/LOGÍSTICA DE TRANSPORTE/CONTROLE/2018

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

São princípios constitucionais que regem a administração pública, **EXCETO**

- (A) Legalidade
- (B) Impessoalidade
- (C) Moralidade
- (D) Marketing
- (E) Publicidade

3. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/DIREITO/JÚNIOR/2018

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

É considerado um princípio geral do direito administrativo, o princípio da

- (A) isonomia
- (B) dualidade
- (C) probabilidade
- (D) unitariedade
- (E) finalidade

4. CESGRANRIO - TEC JR (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR/2018

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A logística inbound de uma empresa é o setor da logística que, entre outras atividades, realiza a compra de materiais, sempre buscando o menor custo e as melhores condições para a empresa. A administração pública também busca realizar as suas compras com o intuito de garantir, entre outros quesitos, o menor custo, respeitando-se os princípios presentes na Constituição Federal de 1988.

Um desses princípios, que une qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, é o princípio da

- (A) razoabilidade
- (B) economicidade
- (C) impessoalidade
- (D) moralidade
- (E) publicidade

5. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Conceito de atos administrativos

Conforme entendimento doutrinário, os atos administrativos

- (A) subordinam-se ao fato jurídico do direito privado.
- (B) são incompetentes quando considerados de interesse pessoal do administrador público.
- (C) podem ser objeto de delegação em que conste a edição de atos de caráter normativo.
- (D) permitem a exoneração do Servidor em estágio probatório, sem as formalidades de apuração de sua capacidade.
- (E) são delegáveis ao administrador, que pode adotar fundamentos genéricos e indefinidos como de interesse público.

6. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Quando um ato administrativo é revogado por conveniência e oportunidade da Administração, deve ser observado, quanto à forma, o princípio da

- (A) simetria
- (B) motivação
- (C) vinculação
- (D) accidentalidade
- (E) essencialidade

7. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/DIREITO/JÚNIOR/2018

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Quando se afirma que os atos administrativos são sempre nulos, está sendo aplicada a denominada teoria

- (A) diferenciada
- (B) circunscrita
- (C) monista
- (D) especialista
- (E) avançada

8. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Poder de Polícia

O poder de polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

CAETANO, M. *Princípios Fundamentais do Direito Administrativo*. Imprensa: Coimbra, Almedina, 2010. p.339.

Conforme entende o autor do trecho acima,

- (A) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais.
- (B) ofende o princípio da livre concorrência a lei estadual que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

(C) há exercício do Poder de Polícia na concessão inicial da licença, o mesmo não ocorrendo na renovação de licença para localização.

(D) são de competência das portarias a prescrição de infrações e sanções administrativas, mesmo que não exista lei sobre a matéria.

(E) são de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ainda que não haja previsão legal.

9. CESGRANRIO - PNS (ELETRONUCLEAR)/ELETRONUCLEAR/ADVOGADO/2022

Assunto: Administração Indireta

A iniciativa, no âmbito do processo legislativo, para a criação de uma autarquia federal, que é ente da administração pública indireta, compreendida como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada, é atribuída

- (A) exclusivamente aos membros do Congresso Nacional
- (B) concorrentemente aos membros do Congresso Nacional e ao Presidente da República
- (C) privativamente aos senadores
- (D) privativamente ao Presidente da República
- (E) privativamente aos deputados federais

10. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Administração Indireta

Considerando as características dos entes que compõem a administração pública indireta, uma das diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista baseia-se na

- (A) estrutura de propriedade
- (B) criação por meio de lei
- (C) regras de admissão de pessoal
- (D) personalidade jurídica privada
- (E) possibilidade de falência

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. CESGRANRIO - PNS (ELETRONUCLEAR)/ELETRO-NUCLEAR/ADVOGADO/2022

Assunto: Lei Excepcional ou Temporária

R é submetido a processo criminal baseado em lei temporária que criminalizou determinadas condutas. Após o término do prazo da referida lei, o processo continuou a tramitar.

De acordo com a aplicação do Código Penal, findo o prazo da lei,

- (A) permanece ainda o crime.
- (B) considera-se extinto o processo.
- (C) devem as penas ser minoradas.
- (D) devem ser analisados os seus efeitos.
- (E) está caracterizada a abolição do crime.

2. CESGRANRIO - TAE (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Da periclitación da vida e da saúde (arts. 130 a 136 do CP)

Há uma situação em que deixar de prestar socorro, ou seja, não dar nenhuma assistência à vítima de acidente ou à pessoa em perigo iminente é considerado conduta correta.

Enquadra-se nesse caso a situação que

- (A) ocorre fora do horário da jornada do trabalho.
- (B) gera risco de dano ao socorrista e à equipe.
- (C) causa insegurança quanto ao tipo de socorro a ser realizado.
- (D) apresenta múltiplas vítimas.
- (E) ocorra com aparência de menor gravidade.

3. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/MEDICINA DO TRABALHO/2017

Assunto: Da Apropriação Indébita (arts. 168 a 170 do CP)

Um certo empregador descontava mensalmente do salário de seus empregados a alíquota referente à contribuição oficial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas não a repassava aos cofres da União, dentro da forma e do prazo legal estabelecidos.

Essa atitude do empregador caracteriza o seguinte ilícito penal:

- (A) apropriação indébita
- (B) dano qualificado
- (C) esbulho possessório
- (D) apropriação indébita trabalhista
- (E) apropriação indébita previdenciária

4. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Falso Reconhecimento de Firma ou Letra (art. 300 do CP)

O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, inscrito no Código Penal, em relação ao sujeito ativo, é considerado crime

- (A) comum
- (B) simples
- (C) próprio
- (D) adequado
- (E) continuado

GABARITO

1	A
2	B
3	E
4	C

ANOTAÇÕES

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/DIREITO/JÚNIOR/2018

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Nos termos do Código Civil, a natureza da capacidade civil dos índios é a

- (A) incapacidade absoluta
- (B) incapacidade relativa
- (C) capacidade regulada por lei especial
- (D) capacidade determinada pelo Ministério Público
- (E) capacidade imposta pela Fundação do Índio

2. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Das Associações (arts. 53 a 61)

Considere o estatuto da associação X que estabelece vantagens especiais para algumas categorias de associados. Sobre essa situação hipotética, e de acordo com o Código Civil de 2002,

- (A) a possibilidade de instituir categorias com vantagens especiais só se aplica a associações com finalidade recreativa ou esportiva.
- (B) o estabelecimento de vantagens especiais é indevido, pois impede que os associados mantenham direitos e obrigações recíprocas.
- (C) o estatuto da associação X é nulo, por violação do princípio da igualdade de direitos entre os associados.
- (D) o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais somente pelo prazo de 180 dias, contados da assembleia geral.
- (E) os associados de X devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

3. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Das Fundações (arts. 62 a 69)

Antes de falecer em terrível acidente automobilístico, um empresário do ramo de educação destinou, em testamento, parte de seus bens à constituição de uma fundação para promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Considerando a disciplina jurídica das fundações no Código Civil de 2002,

- (A) se tais bens forem insuficientes para a finalidade pretendida, e se o instituidor nada tiver dito a respeito dessa possibilidade, eles serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (B) se tais bens forem insuficientes para a finalidade pretendida, e se o instituidor nada tiver dito a respeito dessa possibilidade, eles serão incorporados em outra fundação ou associação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (C) se a finalidade a que visa a fundação tornar-se ilícita, impossível ou inútil, somente o órgão do Ministério Público lhe promoverá a extinção.
- (D) para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar essa fundação.
- (E) o Ministério Público do Estado onde a fundação foi constituída velará por ela, mesmo se a fundação estiver a atividade por mais de um Estado.

4. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Desconsideração da personalidade jurídica

Comprovada a hipótese de desvio de finalidade, o patrimônio particular dos sócios da empresa ZZ, J. e G., foi atingido para responder por certas e determinadas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.

Nessa situação, de acordo com o Código Civil de 2002, ocorreu

- (A) desconsideração da personalidade jurídica, diante da configuração do abuso da personalidade jurídica.
- (B) desconsideração da personalidade jurídica, que ocorre por desvio de finalidade, inadimplemento obrigacional ou confusão patrimonial.

(C) dissolução judicial da pessoa jurídica com consequente extinção da personalidade da empresa ZZ.

(D) extinção judicial da pessoa jurídica em razão do desvio de finalidade.

(E) extinção legal da pessoa jurídica por ato abusivo decorrente do desvio da finalidade.

5. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Um homem decide ajudar seu afilhado a iniciar carreira de motorista particular, doando-lhe um de seus carros. Para não contrariar sua esposa, que não concorda com essa ajuda, o padrinho celebra com o afilhado contrato de compra e venda para encobrir a doação do automóvel. Dois anos após se divorciar do marido, a agora ex-esposa descobre a verdade e ingressa com ação judicial pretendendo o desfazimento do contrato de compra e venda de bem móvel realizado entre padrinho e afilhado.

Nessa situação, verifica-se, de acordo com o Código Civil de 2002, a ocorrência de simulação

(A) absoluta, e o contrato poderá ser anulado ou confirmado por vontade das partes.

(B) absoluta, e o negócio jurídico nulo será suscetível de confirmação.

(C) absoluta, e o contrato será nulo e insuscetível de confirmação.

(D) relativa, e subsistirá a doação, se válida for na substância e na forma.

(E) subjetiva, que é um vício de consentimento, que gera a anulabilidade do contrato.

6. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Um empresário decide doar a um amigo um valioso imóvel de sua propriedade após ser informado de que o amigo lhe salvou a vida ao prestar-lhe socorro imediato em grave acidente automobilístico. Cinco anos após a doação, esse empresário descobre que, na verdade, esse amigo não o ajudara no momento do acidente.

De acordo com o Código Civil brasileiro, essa doação

(A) é nula, e o empresário poderá reaver, a qualquer tempo, o imóvel doado ao amigo, devido à ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.

(B) poderá ser anulada se o falso motivo tiver sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante, já que a declaração de vontade do empresário emanou de erro.

(C) poderá ser anulada pelo empresário no prazo prescricional de dez anos, contado da data da celebração do negócio jurídico, devido ao vício resultante de dolo por omissão.

(D) poderá ser anulada pelo empresário, que reaverá o imóvel, visto que o prazo decadencial para a anulação do negócio jurídico por vício resultante de erro é de quatro anos a contar da ciência do falso motivo.

(E) não poderá mais ser anulada após o prazo decadencial de quatro anos contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, mesmo que o falso motivo tenha sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante.

7. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

J. celebrou com R. contrato de compra e venda de um valioso apartamento na cidade do Rio de Janeiro. Um ano após a celebração do contrato, J. alega que realizou o negócio pelo temor de desagradar R., que fora seu admirável professor no curso de arquitetura.

Acerca da situação apresentada, e de acordo com o Código Civil, o contrato de compra e venda

(A) poderá ser anulado por coação moral, ainda que não tenha sido irresistível.

(B) não poderá ser anulado, pois o simples temor reverencial não é considerado coação moral para anulá-lo.

(C) poderá ser considerado nulo pela ocorrência da coação moral.

(D) poderá ser considerado nulo pela ocorrência do erro causado pela reserva mental.

(E) poderá ser considerado nulo pela ocorrência da lesão causada pelo temor reverencial.

8. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Em 2013, ao atravessar o cruzamento com o sinal vermelho, uma moça foi atropelada acidentalmente por um motociclista. Diante da gravidade dos ferimentos, a moça só se recuperou integralmente em 2014. Durante esse período, os dois iniciaram um relacionamento e, em 2015,

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

L mora em Recife, mas em férias no Rio de Janeiro, passeando pelo bairro de Madureira, choca o carro que dirigia no veículo conduzido por J, que reside em São Paulo. A responsabilidade de L pelo acidente é atestada pelo boletim de ocorrência lavrado logo após o acidente. Na ocasião, os envolvidos na colisão trocam telefones e endereços residenciais para que os custos do reparo no automóvel sejam arcados integralmente por L, uma vez que ele deu causa ao infortúnio. Todavia, sem L retornar às insistentes ligações de J, este é forçado a arcar com o valor referente ao reparo de seu veículo, realizado na oficina do seu cunhado Y, localizada em Niterói. Sem encontrar outros meios de reaver o prejuízo, J decide propor ação de reparação de dano.

A referida ação deve ser proposta **APENAS**

- (A) no Fórum de Madureira.
- (B) em Recife, domicílio do réu.
- (C) em São Paulo, domicílio do autor.
- (D) em Niterói, local em que o custo pelo reparo do automóvel foi arcado.
- (E) no domicílio do autor, no do réu ou na comarca do local em que ocorreu o acidente.

2. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/DIREITO/JÚNIOR/2018

Assunto: Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Fixada contratualmente a eleição de foro, como modificação da competência territorial, incumbe ao réu alegar a abusividade da referida cláusula na contestação, sob pena de

- (A) multa
- (B) revelia
- (C) contumácia
- (D) má-fé
- (E) preclusão

3. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/DIREITO/2018

Assunto: Da Sucessão das Partes e dos Procuradores (arts. 108 a 112)

No decorrer do processo em que X move ação contra Y, reivindicando a propriedade de um iate, ocorre a alienação do bem em disputa por Y, que teria constatado provável derrota no processo.

O efeito jurídico da operação de venda desse bem é a

- (A) nulidade, a ser declarada de ofício pelo juiz.
- (B) nulidade, declarada pelo juiz após requerimento do autor.
- (C) oponibilidade da sentença ao adquirente do bem.
- (D) nomeação do adquirente do bem como assistente do réu.
- (E) substituição processual de X, de forma automática, pelo adquirente do bem.

4. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Dos Auxiliares da Justiça (art. 149 a 175)

X, após solicitar, de forma insistente, que seu vizinho Y não deixasse seu cachorro solto nas áreas comuns do condomínio e não ser atendido, resolve mover ação judicial para ter seu pleito atendido. Na sala de mediação, em busca de alcançar um acordo com rapidez, o mediador R, pretendendo exercer uma postura colaborativa, utiliza técnicas de negociação, define em conjunto com as partes as regras procedimentais da audiência, sugere soluções para o litígio e estimula a cooperação entre todos.

Considerando-se o caso descrito e o Código de Processo Civil em vigor, o(a.)

- (A) mediador e as partes não têm autonomia para estabelecer normas procedimentais relativas à mediação.
- (B) mediador deve auxiliar na compreensão das questões em conflito, mas a sugestão para a solução do litígio cabe ao conciliador.

(C) mediador, assim como os membros de sua equipe, poderá depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

(D) aplicação de técnicas negociais é vedada, pois desrespeita a autonomia da vontade das partes.

(E) conciliação é informada pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade e da publicidade.

5. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/DIREITO/JÚNIOR/2018

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

Nos termos do Código de Processo Civil em vigor, concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, não havendo outro prazo fixado pelo juiz, em

(A) cinco dias

(B) dez dias

(C) quinze dias

(D) vinte dias

(E) trinta dias

6. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

L, dona de casa e P, jogador de futebol, romperam o relacionamento amoroso que mantinham há nove anos, durante o qual nasceu J. Na vigência da relação, L dedicava-se a cuidar da filha, matriculada em uma escola particular de elite, e da casa em que moravam, em um condomínio fechado em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Sem chegarem a um acordo sobre como viabilizar o sustento da menor, L promove ação de alimentos na qual pede a prestação mensal no valor de R\$ 6 mil.

Ocorre que, no decorrer do trâmite da ação, P renova o contrato de trabalho com o clube em que competia por um valor três vezes maior ao que recebia anteriormente. Ao fim do processo, o juiz decide fixar em R\$18 mil o valor da obrigação alimentícia devida por P.

Considerando a situação apresentada,

(A) o valor fixado na decisão observa o princípio da prioridade na tramitação da ação.

(B) a decisão é nula, pois viola o princípio da congruência.

(C) a decisão é citra petita e viola o princípio dispositivo.

(D) a decisão é extra petita, pois o juiz não fica adstrito ao pedido feito pelo autor.

(E) a fixação da obrigação alimentar não é adstrita ao valor pedido pelo autor

7. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Da Ação de Consignação em Pagamento (arts. 539 a 549)

L, paciente de M, celebrou com ela contrato de prestação de serviços médicos, ficando ajustado que o pagamento seria realizado de forma fracionada, por meio da emissão de cheques pré-datados, em quantias a serem depositadas ao longo de quatro meses. Ocorre que, no decorrer do período, L perdeu o emprego, o que a deixou sem condições de honrar o pagamento da última parcela. Ultrapassado o prazo convencionado, o derradeiro cheque apresentado por M retornou por insuficiência de fundos, fato que levou L a figurar como inadimplente no serviço de proteção ao crédito. Após três meses, L conseguiu um novo emprego. Visando a sanar a dívida pendente, ela buscou estabelecer contato com M, sem sucesso, pois esta se havia mudado para destino incerto.

Considerando a situação apresentada, que ação judicial é cabível com a finalidade de saldar a dívida de L?

(A) Ação Monitória

(B) Ação de depósito

(C) Ação de repetição de indébito

(D) Ação de consignação em pagamento

(E) Ação de execução de título extrajudicial

8. CESGRANRIO - ADV (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Da Execução Por Quantia Certa (arts. 824 a 909)

X contratou com Z, empresário, proprietário de uma casa de festas infantis, o aluguel do estabelecimento para comemorar o aniversário de sua filha. O valor relativo ao uso do espaço foi pago antecipadamente. Na data da festa, para surpresa de X, as portas do estabelecimento estavam trancadas, sem ninguém no local. Com o objetivo de

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. CESGRANRIO - PPNT (PETROBRAS)/PETROBRAS/LOGÍSTICA DE TRANSPORTE/CONTROLE/2018

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

São exemplos das cinco funções administrativas definidas por Henri Fayol, EXCETO

- (A) Planejar
- (B) Organizar
- (C) Comprar
- (D) Coordenar
- (E) Controlar

2. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Eficiência, eficácia e efetividade

As abordagens contingenciais para medir a eficácia organizacional enfocam diferentes partes da organização.

Para avaliar tal eficácia, um supervisor deve optar por uma abordagem de

- (A) metas, avaliando o seu desempenho quanto à lucratividade, ao crescimento, à participação no mercado e ao retorno sobre o investimento.
- (B) recursos do sistema, identificando as metas de saída da organização e avaliando o quão bem a organização as atingiu.
- (C) processo interno, utilizando como indicadores de eficácia as habilidades dos tomadores de decisão em perceber o ambiente externo e em responder às transformações ambientais.
- (D) cultura organizacional, utilizando como indicadores de eficácia a análise da missão, da visão, da estratégia, da estrutura e do ambiente de tarefa.
- (E) ambiente externo e tecnologia gerencial, com base na análise do trabalho em equipe, do grau de confiança organizacional, do sistema de comunicação, das políticas de reconhecimento e de retenção de talentos.

3. CESGRANRIO - ADM JR (TRANSPETRO)/TRANSPETRO/2018

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

No contexto organizacional, existe um consenso de que o diferencial da empresa está intimamente ligado ao elemento humano, sendo este um fator crítico de sucesso.

Fatores críticos de sucesso são aqueles que

(A) possibilitam à empresa demonstrar ao mercado os seus aspectos técnicos e conceituais representados em seus indicadores de desempenho econômico - financeiro.

(B) explicitam o conhecimento existente na empresa e é encontrado em manuais, livros e registros diversos, expressando o seu know-how.

(C) influenciam diretamente a cultura do indivíduo após este ser admitido na empresa, e, como consequência, têm o seu comportamento profissional e pessoal modificado.

(D) asseguram um desempenho competitivo de sucesso para a organização, representando as áreas-chave em que tudo deve dar certo para que o negócio tenha vantagem competitiva.

(E) representam os recursos indispensáveis ao processo produtivo de bens materiais, oferecidos pela empresa ao mercado, e são conhecidos também como capacidade empresarial.

4. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

Uma importante abordagem da administração foi desenvolvida no início da década de 1930. Ela visava a entender como os processos psicológicos e sociais interagem com a situação de trabalho para influenciar o desempenho, e como a produtividade e o comportamento dos empregados são influenciados pelo grupo de trabalho informal.

Essa abordagem de administração foi denominada

- (A) Psicologia Dinâmica
- (B) Experiência de Hawthorne
- (C) Teoria das Relações Humanas

- (D) Teoria Neoclássica
- (E) Teoria Comportamental da Administração

5. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Teoria da Burocracia

As estruturas burocráticas foram idealizadas de forma a eliminar a variabilidade dos resultados numa organização em que os administradores possuíssem diferentes habilidades, experiências e objetivos. Muitas organizações hoje são burocráticas. Uma burocracia pode ser eficiente e produtiva, entretanto, não é o modelo apropriado para todas as organizações.

A estrutura burocrática apresenta algumas limitações, tais como:

- (A) fatores situacionais e racionalidade dos trabalhadores ignorados; pressupostos motivacionais simplistas; tarefas da alta administração excluídas
- (B) flexibilidade organizacional limitada; processo de tomada de decisão lento; despersonalização dos relacionamentos
- (C) conflito entre organização formal e informal; dilema entre coordenação e comunicação livre; dilema entre a necessidade de um planejamento centralizado e a necessidade de iniciativa individual
- (D) utilização de grupos de trabalho semiautônomos; simplificação do cargo pelo próprio ocupante; equalização do poder
- (E) reducionismo; pensamento sintético; mecanicismo

6. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Teoria Comportamental

Em uma companhia, uma equipe criticou a decisão do administrador de promover um subordinado, alegando que deveria ter sido utilizada uma abordagem racional e lógica.

O administrador se defende argumentando que utilizou uma abordagem comportamental para a tomada de decisão baseada na

- (A) racionalidade limitada, subotimização e heurística
- (B) escalada do comprometimento, intuição e criatividade
- (C) percepção seletiva, estereotipagem e projeção
- (D) ancoragem, confirmação e disponibilidade
- (E) aleatoriedade, excesso de confiança e compreensão tardia

7. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Teoria do Desenvolvimento Organizacional

A constante e rápida mutação ambiental; a íntima e contínua interação entre a organização e o ambiente; a integração entre as metas individuais e os objetivos organizacionais; e a importância da mudança organizacional planejada são pressupostos básicos da Teoria

- (A) do Desenvolvimento Organizacional
- (B) da Contingência
- (C) dos Sistemas
- (D) das Relações Humanas
- (E) de Entropia e Sinergia

8. CESGRANRIO - PPNS (PETROBRAS)/PETROBRAS/ENGENHARIA DE PRODUÇÃO/2018

Assunto: Governança Corporativa

TT é engenheiro e exerce a função de executivo na Sociedade Empresária K. Tendo em vista o sucesso de sua gestão, ele é convidado para presidir a Sociedade Empresária AA. Diante da necessidade de reorganização dessa sociedade, estabelece, logo de início, a adoção de um Código de Ética dos postulados constantes em tal código.

TT, para realizar a transparência nas organizações, estabelece um setor de

- (A) publicidade
- (B) marketing
- (C) governança
- (D) divulgação
- (E) imprensa

9. CESGRANRIO - PROF (LIQUIGÁS)/LIQUIGÁS/JÚNIOR/ADMINISTRAÇÃO/2018

Assunto: Governança Corporativa

Para garantir a transparência na gestão do negócio, reduzindo riscos para os investidores e envolvendo os principais stakeholders nas decisões estratégicas, as práticas de Governança Corporativa devem evitar a

- (A) definição de qual a função de cada um dos sócios dentro da organização, e quais as atribuições e os limites dos atuais gestores.
- (B) descentralização do poder dos gestores, fortalecendo o seu papel de enfrentar sozinho o desafio de gestão e das decisões estratégicas de um negócio.
- (C) prestação de contas dos recursos aplicados na empresa junto ao conselho, com auditorias periódicas dos seus principais envolvidos.